

Programa Ciência sem Fronteiras: Um Estudo sobre a Intersectorialidade na Política Pública de Mobilidade Acadêmica

Science without Borders Program: A Study on Intersectoriality in the Academic Mobility Public Policy

Viviane Xavier de Araujo Cruz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS;
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
viviane.araujo@capes.gov.br

Marcelo Leandro Eichler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
exlerbr@gmail.com

Lívio Amaral

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
amaral@if.ufrgs.br

Resumo

O Ciência sem Fronteiras - CsF foi um programa de mobilidade acadêmica que trazia como proposta a intersecção de políticas públicas educacional, industrial e de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). Assim, este trabalho buscou avaliar se essa intersectorialidade se efetivou, a partir de análise documental que envolveu o arcabouço legal, bem como os documentos da época acerca do programa e das políticas industrial e de C,T&I. Observou-se que os diversos setores envolvidos não estavam devidamente alinhados quanto às expectativas para uma boa implementação e execução do programa, havendo uma falha na articulação intra e intergovernamental. Ademais, destacou-se a falta de uma política para egressos que conectasse de forma satisfatória os ex-bolsistas com o mercado industrial.

Palavras-Chaves: Ciência sem Fronteiras, intersectorialidade, governança, educação superior

Abstract

Science without Borders was an international academic mobility which proposed the intersection of public policies for education, science, technology and innovation (STI), industry and development. Thus, this work sought to evaluate whether the intersectoriality was effective, based on documentary analysis that involved the legal framework, as well as documents from the time about the program and industrial and STI policies. It was observed that the different sectors involved were not properly aligned in terms of expectations for a good implementation and execution of the program, with a failure in the intra and intergovernmental articulation. In

addition, the lack of a policy for graduates that satisfactorily connected alumni with the industrial market was highlighted.

Key Words: Science without Borders, intersectoriality, governance, high education

Introdução

Na história da C,T&I, o Brasil apostou, de modo geral, no modelo linear de desenvolvimento científico e tecnológico, concentrando-se no desenvolvimento de recursos humanos para chegar à inovação no mercado. Em outras palavras, segundo esse modelo, quanto maior o número de pesquisadores qualificados maior seria o desenvolvimento econômico e social do país (PEREIRA, 2013).

No entanto, o modelo linear mostra-se ineficaz se a economia não consegue aplicar esses pesquisadores em funções produtivas, o que leva a um excesso de desempregados qualificados, profissionais subaproveitados e/ou à fuga de cérebros ou *brain drain*¹ (VELHO, 2011). Por isso, Faler *et al.* (2016) mostram que as políticas de educação têm se articulado com outras políticas públicas, e que a internacionalização do ensino passou a ser vista, mais recentemente, como fator a ser incorporado aos processos educacionais visando ao desenvolvimento em C,T&I.

Nascimento (2010) argumenta que a intersectorialidade² foi sendo tanto mais valorizada quanto mais se observava o não atendimento aos requisitos de eficiência, efetividade e eficácia na implementação das políticas setoriais. No entanto, ao mesmo tempo que pode se mostrar com um potente estruturador de novas respostas e atendimento a novas demandas das políticas públicas, a intersectorialidade também apresenta desafios e limites na gestão da política pública na medida em que não pode ser encarada como a mera justaposição de projetos formulados e realizados setorialmente, mas como a integração e coordenação de vários setores na construção de uma estratégia comum (NASCIMENTO, 2010; SPOSATI, 2006).

Nesse contexto, este trabalho busca analisar o CsF, um programa do governo federal criado pelo Decreto 7.642/2011 com a proposta de intersecção de políticas públicas educacional, industrial e de C,T&I para o desenvolvimento. Para tanto, tinha como meta conceder, em quatro anos, 101 mil bolsas de mobilidade internacional estudantil e docente, com a novidade de que a maior parte (75%) seria para a graduação.

Assim, este trabalho buscou identificar, cotejar e validar informações em variadas fontes documentais, pretendendo avaliar como se deu a compreensão da intersectorialidade e sua implementação no âmbito do programa, e, nos termos conceituais acima referenciados, trazer análises e conclusões sobre a intersectorialidade no CsF e ampliar o debate acerca da intersectorialidade em políticas públicas de modo geral.

¹ *Brain drain*, ou fuga de cérebros, refere-se ao fluxo unilateral de mobilidade de profissionais altamente qualificados significando uma perda de recursos investidos na sua formação e qualificação, cuja relação com o CsF foi recentemente discutida por Andrade (2019).

² Segundo Inojosa (2001), intersectorialidade é a articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização e a avaliação de políticas e programas, de modo a alcançar bons resultados cooperativos em situações complexas.

Metodologia

Dadas as características do programa, para se falar em intersetorialidade no caso do CsF, entende-se que se deveria haver uma convergência das políticas educacionais e de C,T&I com as industriais, de emprego e renda e até com as políticas econômicas em sentido amplo.

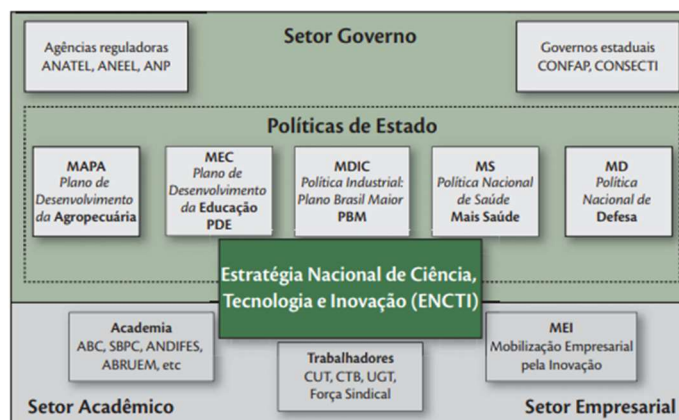
Dessa forma, este estudo *ex-post-facto* analisou e compilou documentos da época acerca do CsF e das políticas industrial e de C,T&I, bem como utilizou entrevistas realizadas por Chaves (2015) a um gestor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), e um coordenador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) envolvidos no CsF.

Na análise do modelo organizacional do CsF, seguiu-se o método de Nogueira (1998) que indica a apreciação de quatro aspectos: 1) marco normativo; 2) distribuição de responsabilidades e capacidades decisórias entre diversos âmbitos e níveis; 3) definição de processo de trabalho; e 4) mecanismos de coordenação.

Marcos normativos de C,T&I

Em 2012, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI (2012) publicou o documento “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015” - ENCTI em que destaca a importância da C,T&I como eixo estruturante do desenvolvimento do país, sendo uma política que supostamente estaria articulada com diversas outras políticas de Estado³, como se vê na Figura 1.

Figura 1: Articulação da política de C,T&I com as principais políticas de Estado



Fonte: MCTI, 2012

Este documento indica que duas décadas de hiperinflação e recessão haviam levado “o setor privado a inovar pouco para o mercado e a adotar uma cultura passiva em relação à transferência de tecnologia” (MCTI, 2012, p.26). À época, o governo passava a induzir a

³ Sobre essa articulação, o referido documento diz: “é importante ressaltar a profícua articulação entre a política de C,T&I e a política industrial brasileira, representada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (...) pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) (...) e pelo Plano Brasil Maior (PBM)” (MCTI, 2012, p. 23).

inovação das empresas, especialmente com a edição da Lei de Inovação e da Lei do Bem, que visam a oferecer incentivos para as empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

O referido documento argumenta, ainda, que os planos nacionais para a C,T&I dos países em geral buscam fortalecer a inovação empresarial com vistas ao aumento da competitividade industrial, elevação da produtividade, crescimento do emprego e melhoria da qualidade de vida. No entanto, há diferenças no foco dessas políticas:

nos Países que precisam avançar nos esforços internos de inovação, os planos e/ou estratégias nacionais de C,T&I dão especial ênfase ao desenvolvimento de capacidade institucional para dirigir ou gerenciar as políticas governamentais, para reforçar os laços entre a universidade e a indústria, e melhorar a qualidade do ensino superior e da pesquisa nacional (MCTI, 2012, p.31).

Cabe destacar, ainda, que em 2011 foi criado o Plano Brasil Maior (PBM), com o slogan “Inovar para Competir. Competir para Crescer”, a partir da ideia que o governo deveria estimular as empresas na busca pela inovação, transformando a indústria em um setor mais disposto a correr riscos para criar novos produtos e tecnologias em áreas nas quais o Brasil pudesse efetivamente se sobressair internacionalmente.

Nesse contexto normativo, a partir da constatação de que era preciso centralizar esforços e recursos para formação, principalmente nas áreas estratégicas, como engenharia, é instituído o CsF, cujo marco normativo demonstrou que a opção política era buscar o desenvolvimento do país por meio do investimento em educação como forma de retorno do conhecimento aprimorado para desenvolvimento das indústrias.

Além de promover a formação de estudantes brasileiros e a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros e contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino, o CsF também buscava contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras e estimular as pesquisas voltadas ao setor industrial, visando ao desenvolvimento de C,T&I (BRASIL, 2011).

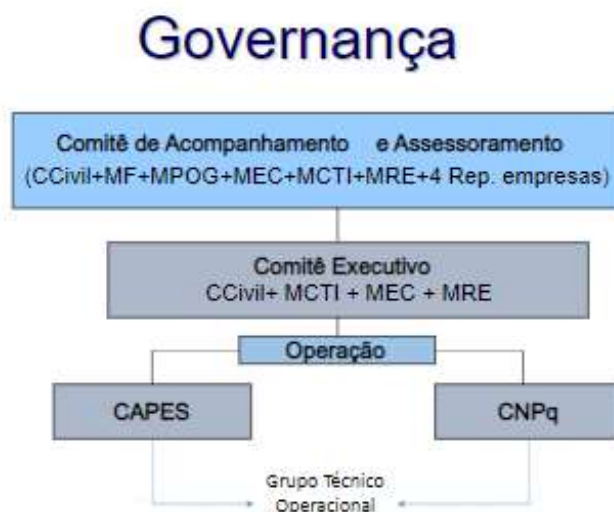
Distribuição de responsabilidades e capacidades decisórias no CsF

Como órgão deliberativo do CsF, foi instituído um *Comitê Executivo*⁴ – CE, composto por um representante da Casa Civil, um do Ministério da Educação – MEC, um do MCTI, um do Ministério das Relações Exteriores – MRE, o Presidente do CNPq e o Presidente da Capes. E, para gerenciar o programa, foi criado o *Comitê de Acompanhamento e Assessoramento*⁵ – CAA (CAPES, 2015). Resumidamente, a estrutura de governança do CsF previa um modelo integrativo conforme o esquema desenhado na Figura 2.

⁴ O CE deveria definir o cronograma de execução do programa, estabelecer critérios de seleção de bolsistas e de instituições participantes, determinar valores e períodos das bolsas e apoio a projetos, identificar centros e lideranças no exterior de interesse prioritário, entre outros.

⁵ Entre as atribuições do CAA estavam propor áreas prioritárias de atuação, metas e indicadores de desempenho e novas ações para o bom desenvolvimento do Programa, além de acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Programa e divulgar, periodicamente, seus resultados.

Figura 2: Estrutura de governança do CsF



Fonte: CAPES, 2015

Segundo Granja e Carneiro (2020), embora o CE tenha realizado uma série de reuniões no decorrer do programa⁶, atuando na definição de modalidades, na revisão de metas etc., seus relatórios não foram publicizados.

Ademais, nota-se que o programa apresentou características tanto do modelo *top-down* quanto do modelo *bottom-up*. Como características típicas do modelo *top-down*, vemos que o programa surgiu e permaneceu com interferência decisória direta do núcleo estratégico do governo, particularmente da Casa Civil.

Como se vê na Figura 2, a execução do programa ficou a cargo da Capes, vinculada ao MEC, e do CNPq, vinculado ao MCTI. Nas entrevistas com gestores do programa na Capes e no CNPq, Chaves (2015) destacou que ambos afirmaram que o programa fora pensado e concebido pela então presidente Dilma Rousseff. Segundo o executivo da Capes, a concepção do programa fugia “do formato de criação dos programas da CAPES em geral, que são levados à comunidade acadêmica antes da aprovação final pelo Conselho Superior da Agência” (CHAVES, 2015, p.86). Essa afirmativa de que decisões estruturantes do programa, inclusive com relação aos tipos de bolsas que seriam concedidas, foram tomadas pelo centro de governo⁷ de Dilma, particularmente da Casa Civil, está corroborada no trabalho de Pereira (2015).

Não foi só com o CsF. Diferente do governo Lula que buscava consensos com a sociedade civil para criar as ações de governo, no governo Dilma o núcleo de governo que definia as prioridades do governo e as estratégias para realizá-las e só depois a sociedade era informada. Em vez de consensos, ela estava mais interessada em fixar metas e buscar por resultados (KARAM; AVELINO; FONSECA, 2018). Dilma era mais centralizadora e adotava um estilo de gestão hierárquico do núcleo de governo, interagindo mais com os órgãos de coordenação, os quais deveriam estabelecer “procedimentos e canais para o fluxo de

⁶ Tem-se registro que o CE realizou sete reuniões até janeiro de 2013.

⁷ Segundo Cavalcante (2018), núcleo ou centro de governo é o conjunto de instituições que presta apoio direto ao Presidente da República na coordenação de atividades e ações prioritárias do governo visando a garantir que as decisões governamentais maximizem sua efetividade, potencializem suas entregas e estejam alinhadas aos objetivos prioritários estabelecidos pelo presidente. Surge da necessidade de lidar com *wicked problems*, ou seja, problemas transversais, multidimensionais, que possuem características complexas e intersetoriais.

informações, com ênfase no alcance de acordos em níveis hierarquicamente inferiores” (CAVALCANTE; GOMIDE, 2018, p. 14).

A centralização das grandes decisões na Presidência na República corrobora a tese de Pereira (2015) de que havia dificuldade em se implementar grandes mudanças no programa, que possuía características da Teoria do Equilíbrio Pontuado, segundo a qual, há relações de poder na formulação de políticas públicas que conduzem à manutenção das medidas adotadas e das velhas estruturas e arranjos institucionais, de forma que só ocorram mudanças se forem de forma incremental. Isso porque mudanças substanciais nas políticas afetariam de maneira considerável os “humores” dos agentes setoriais. Assim, nota-se um programa eminentemente burocrático:

em que o operador conta com competências bem definidas, a descrição do programa é detalhada sobre os processos e tarefas a serem cumpridos. As normas que regulam a operação asseguram que se realize o programa conforme as especificações estabelecidas. O controle é formal, centralizado em cumprimento das prescrições contidas nas especificações de processos e regras ditadas (SALDANHA *et al.*, 2019).

Além disso, embora a concepção do programa tivesse como ideia fundamental o investimento em educação como forma de retorno do conhecimento aprimorado para desenvolvimento das indústrias, notaram-se, a partir da análise bibliográfica e documental, fortes indícios de que o programa foi tratado como uma política pública de internacionalização do ensino superior, desconsiderando sua articulação com uma política de C,T&I e uma política para o desenvolvimento. Pode-se notar isso, por exemplo, na entrevista com o gestor do CsF na Capes. Quando questionado sobre o motivo da criação do programa, ele respondeu:

em primeiro lugar, internacionalizar a graduação e a pós-graduação e, em segundo lugar, melhorar a proficiência em língua estrangeira dos alunos brasileiros (...) Em relação às motivações e objetivos do Programa, que traz na resposta do Gestor do CNPq a internacionalização da ciência e tecnologia e inovação e, na resposta do Gestor da Capes, a internacionalização da pós-graduação (CHAVES, 2015, p.88)

Assim, observamos uma falta de definição de atribuições para outros setores estratégicos de forma a complementar a política, sem participação efetiva de outros órgãos que não a Capes, o CNPq e a Casa Civil. Segundo o gestor do CNPq entrevistado, após ser instituído pela Presidência da República, a construção do programa foi feita basicamente pela Capes e pelo CNPq. Demais órgãos interessados estavam presentes apenas no CAA, que tinha um papel de coordenação que não se efetivou, como será mencionado mais adiante.

Dessa forma, com relação às demais políticas que convergiam no programa, não havia responsabilidades claras para os órgãos envolvidos. Quanto à política industrial, o IPEA, em 2016, ao publicar o documento “Uma Estimativa dos Custos Fiscais da Política Industrial Recente (2004-2016)”, sequer fez menção ao CsF ou ao MEC e à Capes. O MCTI foi citado apenas uma vez, relacionado como um dos coordenadores da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), instituída em 2008. No documento, a palavra “educação” aparece uma única vez⁸ (IPEA, 2016).

⁸ A palavra “educação” aparece uma única vez no documento “Uma Estimativa dos Custos Fiscais da Política Industrial Recente (2004-2016)”, na Tabela 4 - Projeções da RFB sobre a evolução dos gastos tributários, por função orçamentária (2014-2016).

Sobre a busca pela integração com o setor industrial, facultava-se aos bolsistas de graduação realizar estágios no exterior em indústrias, laboratórios externos às universidades etc., com o objetivo de oferecer experiências que incentivassem a inovação e o empreendedorismo. No entanto, não há dados sistematizados do CsF que exponham informações sobre esses estágios no exterior.

Também não há dados sistematizados sobre a empregabilidade dos egressos, apesar de ter havido a criação do Portal de Estágios e Empregos, gerenciado pelo CNPq, com o objetivo de disponibilizar vagas de emprego para ex-bolsistas e facilitar a busca de perfis de mão de obra altamente qualificada pelas empresas conveniadas. No entanto, indicadores mostram que o Portal foi muito pouco utilizado.

Definição do processo de trabalho

Como vimos, a execução do programa foi atribuída à Capes e ao CNPq. A estrutura da operação dessas agências também previa articulação com outros órgãos educacionais, como instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras e parceiros internacionais (agências que intermediavam os acordos no exterior), como se vê na Figura 3.

Figura 3: Operacionalização do CsF



Fonte: CAPES (2015)

Como características do modelo *bottom-up*, observou-se que o programa se espelhava na exitosa experiência do Erasmus, programa de mobilidade acadêmica europeu em que se introduziram bolsas de graduação por se entender a importância do intercâmbio desde o início da vida acadêmica do estudante (PEREIRA, 2015) – salvaguardado ser o contexto de desenvolvimento totalmente diverso do Brasil – e aproveitava a *expertise* da Capes e do CNPq na concessão de bolsas – embora, segundo Chaves (2015), a experiência das agências antes do CsF fosse basicamente apenas com estudantes de pós-graduação, tendo a Capes concedido número muito baixo de bolsas no exterior para graduação antes de 2011.

No entanto, com o CsF, o número de concessões subiu extraordinariamente, tomando a Capes e o CNPq despreparados tanto sobre formulações quanto aspectos de operacionalidade: identificação das universidades no exterior; logística; imediato e continuado acompanhamento dos estudantes no exterior.

Outrossim, o programa foi bastante criticado pela falta de interação efetiva com as instituições de ensino brasileiras e estrangeiras, o que gerou diversos problemas, como o não aproveitamento de disciplinas cursadas pelos bolsistas no exterior e dificuldade de acompanhamento das atividades acadêmicas durante a vigência da bolsa (BARRETO *et al*, 2013).

Mecanismos de coordenação

O CAA era o órgão responsável por gerenciar o programa, composto por representantes da Casa Civil, do MEC, do MCTI, do MRE, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de entidades privadas que participariam do financiamento do programa (CAPES, 2015).

Segundo Granja e Carneiro (2020), não foram encontrados indícios de que o CAA permaneceu ativo durante todo o programa e também não foram disponibilizados publicamente relatórios realizados pelos comitês.

A primeira reunião do CAA aconteceu no dia 23 de maio de 2012 mais como uma apresentação do programa, ficando consignado que, nas reuniões seguintes, caberia “ao Comitê propor ações, metas, indicadores e definir as áreas prioritárias do programa”. Na oportunidade, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacou que o programa “age para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país” (PORTAL MEC, 2012).

A segunda reunião do CAA aconteceu no dia 5 de novembro de 2012, quando o presidente da Capes explanou sobre a situação do programa – gastos, número de bolsas concedidas e novos editais a serem lançados. Foram mencionadas ainda as parcerias com o setor empresarial e iniciativas para oferta de cursos de idiomas em nível nacional (CAPES, 2012). Não foram noticiadas outras reuniões da CAA nem no Portal do MEC nem no *site* da Capes.

A Casa Civil tinha envolvimento direto na execução do programa (CHAVES, 2015), o que mostra a importância do programa para a Presidência, mas também um excesso de controle por parte do núcleo ou centro de governo, já que o lugar de decisão é naturalmente do ministério, por ser o órgão especializado que possui informação e aparato burocrático para a formulação e a implementação das políticas (LOPEZ; SILVA; BORGES, 2018).

Na verdade, é de se esperar que, quanto mais intersetorial a política, mais ativa seja a Casa Civil (LOPEZ; SILVA; BORGES, 2018). No entanto, o papel de fato de centro de governo, que promove a coordenação entre os setores governamentais, parece que não foi realizado apropriadamente.

Considerações finais

Embora tanto o PBM como o Decreto 7.642/2011, que instituiu o CsF, e a ENCTI parecessem convergir e compor um arcabouço legal sólido para a integração das políticas, conclui-se que a esperada intersetorialidade não se efetivou. Como principais fatores dessa não efetividade, nossa análise aponta que:

- os diversos setores envolvidos não estavam devidamente alinhados quanto às expectativas para uma boa implementação e execução do CsF. Como consequência, a

Capes e o CNPq – na execução operacional – geriram o programa com autonomia, mas pouco articulada;

- a operacionalidade foi programática, ficando bastante notável a desconexão com setores voltados ao desenvolvimento industrial e econômico;
- faltou coordenação e articulação intra e intergovernamental por parte da Casa Civil ou da própria Presidência da República, que concebeu o programa em um sistema tipicamente *top-down*;
- houve pouca participação das universidades brasileiras na formulação e implementação do programa;
- faltaram estudos e políticas para adequar os estudos realizados do exterior à real demanda do mercado e faltou interação continuada entre as universidades brasileiras e as universidades de destino dos bolsistas no exterior;
- inexistiram estudos sequenciais e sistemáticos, a partir do retorno da primeira leva de estudantes ao Brasil, sobre o grau de empregabilidade dos egressos, visando sua futura inserção no mercado de trabalho;
- entre os pontos gerenciais mais importantes que teriam levado a uma efetiva intersetorialidade, destaca-se a falta de política para egressos, visando a direcioná-los para um melhor aproveitamento dessas habilidades nos setores estratégicos.

Em suma, articulação, integração e coordenação que combatessem a fragmentação e a sobreposição das instituições, bem como identificassem os *gaps* na política, poderiam ter sido um diferencial para alcançar os objetivos almejados.

Agradecimentos

Agradecemos a Prof^a Nalu Farenzena (PPG em Educação da UFRGS) pela sugestão de análise do tema e à Capes pelo apoio.

Referências

ANDRADE, Leonardo Ângelo de Araujo. **Avaliação da Política de Atração e Fixação de Cientistas no Âmbito do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras sob uma Perspectiva Comparada com a Política Argentina RAICES**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BARRETO, R. P. *et al.* Análise política quanto à eficiência do programa Ciências sem Fronteiras: relatos IFRN e UFRN. In: **IX Congresso de Iniciação Científica do IFRN (CONGIC)**. Natal/ RN, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez 2011.

BRASIL. **Portal de Estágios & Empregos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**. Disponível em: <https://bityli.com/u2Ahj>. Acesso em: 11 mar 2021.

CAPES. **Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do CsF se reúne na Capes**. 06 Novembro 2012.

CAPES. **Apresentação da Capes na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados**, em 20 de agosto de 2015.

CAVALCANTE, P. Núcleo, centro de governo, centro presidencial, alto governo: várias nomenclaturas e uma questão principal. In: CAVALCANTE, P.; GOMIDE, A. **O Presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2018.

CAVALCANTE, P.; GOMIDE, A. **O Presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2018.

CHAVES, G. M. N. **As bolsas de graduação-sanduíche do Programa Ciência Sem Fronteiras: uma análise de suas implicações educacionais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2015.

FALER, C. S. *et al.* Intersetorialidade e Política Pública de Educação: articulações e debates. **Atas CIAIQ2016**, v. 1, 2016, pp 1286-1291

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Uma Estimativa dos Custos Fiscais da Política Industrial Recente (2004-2016)**. Brasília: IPEA, 2016.

KARAM, R.; AVELINO, D.; FONSECA, I. Núcleo de Governo e Participação Social. In: CAVALCANTE, P.; GOMIDE, A. **O Presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2018.

LOPEZ, F.; SILVA, N.; BORGES, J. Governo Compartilhado? O Papel da Presidência na Formação e Coordenação da Agenda de Políticas do Executivo Federal (2003-2014). In: CAVALCANTE, P.; GOMIDE, A. **O Presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO [MCTI]. **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012–2015: Balanço das atividades estruturantes 2011**. Brasília, DF, 2012.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, 2010

NOGUEIRA, R. M. **Los proyectos sociales: de la certeza omnipotente al comportamiento estratégico**. Santiago de Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 1998.

PEREIRA, V. M. **Relatos de uma Política: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, V. M. Arranjos de Uma Política: Uma Análise Sobre o Programa Ciência Sem Fronteiras. **Revista NAU Social** - v.6, n.10, p. 103-117, 2015.

PORTAL MEC. Ciência sem Fronteiras. **Comitê de acompanhamento do programa faz primeira reunião**. 23 de maio de 2012.

SALDANHA, C. C. T. *et al.* PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: um retrospecto da política de estímulo à ciência, tecnologia e inovação. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n.2, 2019.

SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, 2006.

VELHO, L. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 26, 2011.